

A MÃE “EXCEPCIONAL” E AS IDENTIDADES DE GÊNERO: DISCURSOS DE UMA NARRATIVA BIOGRÁFICA

Autora (1) Eduarda Borges da Silva; Co-autora (1) Biane Peverada Jaques

Autora (1) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, eduardaborgesdasilva@outlook.com – Co-autora (1) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, jaquesbiane@gmail.com

Resumo

Utilizando como fonte uma entrevista semi-estruturada realizada em 2017 com a mãe, doutoranda na UNESP, educadora sexual/sexóloga e psicopedagoga, Thais Emília de Campos, buscou-se analisar as continuidades e descontinuidades de sua narrativa biográfica acerca da experiência de gestar um bebê intersexo. No decorrer da entrevista se pode observar a singularidade de sua postura, ao travar conflitos com os médicos, por outro lado, há o perigo de incidir na imagem de uma mãe “excepcional” e reforçar o mito do instinto materno. Pretende-se também, compreender a construção das identidades de gênero, fortemente pautadas pela Medicina e pelo Estado.

Palavras-chave: Intersexo, gênero, maternidade, Medicina, narrativa biográfica.

Introdução

A maioria das pesquisas acerca da intersexualidade é realizada com pessoas que se identificam como intersexos, buscando suas vivências (CANGUÇU-CAMPINHO, BASTOS & LIMA, 2011; LIMA, 2007; SANTOS & ARAUJO, 2004). Desta forma, justifica-se este trabalho por trazer uma perspectiva diferenciada acerca da intersexualidade. Pretende-se dar ênfase a experiência de uma mãe gestante de um bebê que se apresenta como não binário em um exame de ressonância fetal, ou seja, que não se enquadra no sistema heteronormativo, menino ou menina.

Foi utilizada para a análise uma entrevista realizada em 2017 pela *Aliança Nacional de Adolescentes (ANA): conectados em defesa dos direitos de crianças e adolescentes LGBTI* (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais), com Thais Emília de Campos sobre a experiência pessoal, enquanto mãe, durante sua terceira gestação acerca da intersexualidade. Thais é mãe de três filhos/as, sendo um/a intersexo, doutoranda na UNESP, educadora sexual/sexóloga e psicopedagoga.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é questionar quais posturas se evidenciaram na narrativa da mãe, Thais Emília, diante das questões relacionadas ao gênero de seu bebê, apontando as continuidades e descontinuidades relacionadas à fala biográfica da entrevistada. Salienta-se que é

um caso particular de uma mãe “excepcional” que constrói um discurso específico acerca da maternidade e da intersexualidade.

Metodologia

Inicialmente foi realizado um contato de caráter informal com uma pessoa intersexo do convívio de uma das autoras, na cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul. Este se deu para solicitar materiais que ampliassem a visão sobre o assunto e que tanto pudessem ser bibliografia quanto fonte para uma possível pesquisa na temática. Posteriormente, houve uma seleção dos materiais levantados, levando em consideração as áreas de atuação das pesquisadoras: biografia, narrativa, gênero e maternidade.

Com o material selecionado se fez uma observação do *site* da Aliança Nacional de Adolescentes (ANA). A qual é uma iniciativa conjunta entre o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e uma organização da sociedade civil que trabalha visando a eliminação da exploração sexual de crianças e adolescentes, conhecida como Rede Ecpat Brasil. Dessa forma, foi selecionada como fonte para esta pesquisa uma entrevista semi-estruturada, realizada com Thais Emília, apresentada na forma de perguntas e respostas e disponibilizada na página da ANA.

A entrevista semi-estruturada consiste em um diálogo a partir de um roteiro de questionamentos que não demanda contato pessoal entre entrevistado e entrevistador, pode ser realizada inclusive pela *internet* (GILL & SILVA, 2016). A pessoa que faz as perguntas para Thais Emília não aparece enquanto sujeito na sua individualidade, é mencionado apenas que a entrevista foi realizada pela equipe da ANA. Analisou-se primeiramente as perguntas, sem isolá-las das respostas, afinal, estas estão pautadas em grande parte pelo que foi questionado (MEIHY & HOLANDA, 2011). Neste sentido, buscou-se compreender o direcionamento e interesse do *site*, no qual, percebeu-se um posicionamento consciente em relação à temática da intersexualidade. As perguntas são direcionadas a vivência e ponto de vista de Thais Emília durante sua gestação e pós-parto enquanto mãe, profissional da área da sexualidade e militante LGBTI.

Resultados e Discussão

Existe na historiografia uma ampla discussão sobre os (des) enlaces biográficos (KARSBURG, 2015; SCHMIDT, 2004). Para Vavy Pacheco Borges (2005) pode variar desde um

pequeno percurso de vida até um modelo mais complexo que consiste em uma análise aprofundada do/a biografado/a. Este trabalho se inspira na produção do professor Benito Bisso Schmidt (2004) o qual utiliza procedimentos da micro-história italiana (GINZBURG, 1987) para trabalhar com biografia.

Certamente, não falo das biografias tradicionais – narrativas factuais e lineares dos ‘grandes homens’ desde o nascimento até a morte – cujo objetivo principal é o de apresentar o biografado como modelo de conduta a ser seguido: um ‘discurso de virtudes’, nas palavras de Michel de Certeau. Nem nas biografias sensacionalistas – do estilo ‘Os segredos de ...’, ‘A vida íntima de ...’ – destinadas a saciar os apetites voyeuristas dos leitores. Refiro-me, sim, às biografias que, partindo das experiências de um indivíduo, abordam questões mais gerais relacionadas à época na qual o mesmo viveu (SCHMIDT, 2004, p. 21).

Em diversos momentos, no decorrer da entrevista de Thais Emília, aqui considerada como uma narrativa biográfica, ela apontou a sua “naturalidade” ao receber o diagnóstico médico em relação à intersexualidade de seu bebê. *“Inclusive no hospital o pessoal perguntava se era menino ou menina e a gente respondia, não sabemos e todo mundo ficava chocado pela nossa naturalidade com a situação”* (CAMPOS, 2017). Essa naturalidade de ação e reação exposta por Thais no momento da entrevista pode direcionar a uma ideia de mãe excepcional, pois ela desafiou a Medicina ao recusar a cirurgia de definição sexual, afrontando a ciência e as normas sociais e familiares. Afinal, tentou resistir ao sistema classificatório binário de registros de nascimento que só possuem as opções menino ou menina.

Não existem mães excepcionais, aliás, não existem excepcionalidades (SCHMIDT, 2007), cada indivíduo possui um universo de possibilidades e a partir delas de escolhas, isto já é consensual entre os historiadores que trabalham com análise de caráter biográfico (JAQUES, 2017; KARSBURG, 2012; SCHMIDT, 2004). Logo após o parto, Thais, resistiu às pressões médicas, ainda que estivesse passando por momentos de violência obstétrica. De acordo com a Fundação Perseu Abramo (2010) na pesquisa “Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado” 25% das mulheres entrevistadas relataram ter sofrido violência obstétrica. Esta pode ser entendida como uma:

[...] apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres por profissional de saúde que se expresse por meio de relações desumanizadoras, de abuso de medicalização e de patologização dos processos naturais, resultando em perda de autonomia e capacidade de decidir livremente sobre seu corpo e sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres. (REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2007, p. 30 *apud* DINIZ *et al.*, 2015, p. 3).

A resistência de Thais pode nos incidir ao erro de justificar tal fato como pautado no instinto materno (BADINTER, 1985). Como se Thais estivesse imersa em um sentimento quase animal de proteger sua cria. Tornquist (2002) abordou os perigos do ideário do instinto materno:

Embora essa ‘mulher moderna’ seja vista agora como sujeito de suas escolhas – inclusive a maternidade – ela novamente se vê diante de prescrições ditadas por saberes científicos, que a farão escolher o que é o melhor para o bebê, e de uma celebração do parto ideal, este não raro muito distante do campo de escolha e de possibilidade de boa parte das mulheres que dão à luz. Apesar dessas armadilhas, as reivindicações em torno dos direitos reprodutivos e sexuais para aquelas mulheres que escolheram ser mães apontam para mudanças substanciais na vida das mulheres que não podem ser desconsideradas, sobretudo em um contexto no qual o tratamento desigual, a desinformação, os maus tratos e as formas sutis de tortura e mutilação sexual involuntária são comuns, como é o caso brasileiro (TORNQUIST, 2002, p. 490-491).

Thais justificou sua postura explicando que: “[...] nunca me adequei a esse mundo heteronormativo e sempre me identifiquei com a luta por direitos iguais em diferentes grupos. Desde criança.” (CAMPOS, 2017). Esta visão linear e homogênea “desde sua infância” consiste no que Pierre Bourdieu denominou de “ilusão biográfica” (2006).

Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final [...] (BOURDIEU, 2006, p. 184).

Sendo assim, pode-se afirmar que Thais Emília possuiu/possui uma formação privilegiada em relação aos estudos de sexualidade, e foi este o fator que possibilitou uma postura divergente da possivelmente adotada por outras mães. Partindo da perspectiva de gênero, adotada pela historiadora Ana Maria Colling, de que a diferença entre os sexos é culturalmente criada:

A ideia de gênero, diferença de sexos baseada na cultura e produzida pela história, secundariamente ligada ao sexo biológico e não ditada pela natureza, tenta desconstruir o universal e mostrar a sua historicidade. São as sociedades, as civilizações que conferem sentido à diferença, portanto não há verdade na diferença entre os sexos, mais um esforço interminável para dar-lhe sentido, interpretá-la e cultivá-la. (COLLING, 2014, p. 28)

Thais, ao narrar sobre a dificuldade de registrar o bebê contou que era necessário fazer um cariótipo (exame para o diagnóstico de anomalias genéticas relacionadas aos cromossomos) para definição de sexo. O procedimento deveria ser realizado com urgência, pois sem o registro civil de nascimento o bebê não acessaria o SUS e nem Thais teria direito a licença maternidade. Ao pedir auxílio dos médicos para saber o que poderia ocorrer caso o cariótipo apresentasse alguma síndrome sexual, eles responderam: “que eles iriam optar por ser menina e registrávamos como menina, pois

é mais fácil realizar a cirurgia para ser do sexo feminino e você educa como menina” (CAMPOS, 2017).

De acordo com Colling (2014) o discurso médico é invocado para conferir um papel à sociedade, sobretudo às mulheres. O corpo dos homens é visto como padrão e o que for desviante deve ser classificado como feminino ou necessita de adaptação para tornar-se mulher. “[...] comprova-se novamente a teoria ainda hoje aceita de que o homem é a medida de todas as coisas; [...] a anatomia feminina vista como interior e a masculina como exterior, mais perfeita”. (COLLING, 2014, p. 80).

Em consonância, Scott (1989, p. 10) alerta que, quando uma teoria tem por única variável a diferença entre os corpos ela torna-se um problema, pois “[...] pressupõe um sentido coerente ou inerente ao corpo humano – fora qualquer construção sociocultural – e, portanto, a não historicidade do gênero em si”. A concepção de homem e mulher pode variar segundo o contexto social aplicado, além disso, estas categorias não são inerentes, são construções subjetivas ou fictícias, pois os indivíduos estão em um constante processo de construção das identidades.

Diferente do esperado, o cariótipo solicitado por Thais, obteve como resultado “46 XY *falando que é do sexo masculino*” (CAMPOS, 2017), sendo assim, ela conseguiu registrar seu filho aos dois meses de vida. Todavia, decidiu escolher um “nome neutro” Jacoby, para segundo ela, atender as variáveis de gênero e possibilitar que, no futuro, ele tenha a liberdade de identificar-se com um delimitador social a menos, o nome próprio.

Antes de encerrar é válido ressaltar que, existiu, ainda que de forma inédita, uma realidade diferente da vivenciada por Thais e sua família. Em 2017 aos oito meses de vida um bebê canadense foi noticiado mundialmente como o primeiro recém-nascido que recebeu um cartão de saúde sem um identificador de gênero. No campo destinado a esta informação consta a letra "U" que simboliza "indeterminado" ou "não atribuído". “Seu progenitor Kori Doty – uma pessoa transgênero não binária que não se identifica com pronomes nem no masculino nem no feminino – afirma que quer dar oportunidade ao seu filho de descobrir seu próprio gênero” (BBC BRASIL, 2017). Doty ainda esta lutando judicialmente para que os demais documentos de seu bebê sejam feitos sem essa definição, que segundo sua opinião, impõe restrições sociais. Esta, infelizmente, ainda é uma realidade distante para a maioria da população mundial, no entanto, pode-se considerar um passo em direção a não delimitação de gênero.

Conclusão

A partir de uma entrevista (a única localizada pela *internet*), o estudo de caso analisado abordou a experiência de uma mãe que concebeu um feto não binário, demonstrando a importância das singularidades na pesquisa histórica. Este texto possuiu como objetivo questionar quais as posicionamentos adotados por Thais acerca da intersexualidade. E concluiu-se, que ela sustentou uma postura dissidente, no sentido de que discordou das políticas oficiais, tanto da Medicina quanto dos registros civis (de nascimento).

Buscou-se também discutir algumas das questões, entendidas pela historiografia, acerca das narrativas (auto) biográficas. Nesta perspectiva, um dos aspectos que foi levado em consideração ao analisar a fala de si, exposta por Thais, é justamente o fato de ela possuir uma formação acadêmica privilegiada em relação aos estudos de sexualidade. Foi este o fator primordial que possibilitou uma postura considerada “excepcional” acerca da identidade de gênero de seu bebê.

Thais resistiu ao sistema heteronormativo e foi vítima de violências, como a obstétrica e a supressão de direitos, como o registro do nascimento de seu bebê. Os estudos de gênero apontam que a maternidade é, ainda na atualidade, pautada pela Medicina e pelo Estado. O corpo feminino não pertence às mulheres, especialmente na condição de gestante. Além disso, é um corpo construído culturalmente na condição de diferente e como anatomicamente inferior. Assim, quando há alguma dúvida quanto a sexualidade do nascituro ou uma “síndrome sexual” opta-se por definir o sexo como feminino, conforme solicitaram os médicos à Thais.

Em suma, na tentativa de enquadrar o feto ou o recém-nascido aos padrões estabelecidos são feitas definições entre os médicos. Estas, por vezes, são realizadas sem o consentimento da gestante e da família, baseadas na lógica de que se é “um corpo defeituoso” – o que em realidade significa diferente, compreendido mais em sua dimensão estética do que funcional – será menina. São produzidos discursos sobre os corpos, com o intuito de criar e legitimar diferenças entre os sexos para hierarquizá-los e a intersexualidade nesse sistema binário é percebida como dissonante, pois rompe e desestrutura a norma.

Fonte

CAMPOS, Thais Emilia de. Menina ou menino? Não, são interssexuais! [Entrevista] In: **Aliança Nacional de Adolescentes**: conectados em defesa dos direitos de crianças e adolescentes LGBTI. 03 de março de 2017. Disponível em: <<http://anamovimento2.blogspot.com.br/2017/03/menina-ou-menino-nao-sao-interssexuais.html>>. Acesso em: 08 de junho de 2017.

Referências

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado**: O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BBC BRASIL. Bebê terá documento sem identificação de sexo para 'decidir gênero quando crescer': Segundo imprensa canadense, este pode ser o primeiro caso do mundo de um cartão de saúde de um bebê sem uma definição de gênero. In: **Portal G1**. 04 de julho de 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/bebe-tera-documento-sem-identificacao-de-sexo-para-decidir-genero-quando-crescer.ghtml>>. Acesso em: 13 de julho de 2017.

BORGES, Vavy Pacheco. Fontes Biográficas: Grandezas e misérias da biografia. In.: PINSKY, Carla Bassenezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 203-234.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006. p. 183-191.

CANGUÇU-CAMPINHO, Ana Karina; BASTOS, Ana Cecília de Sousa & LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira. Dinâmica da identidade em pessoas intersexuais: entre vozes e silêncios. In: **Anais Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**: Direito, Relações Etnorraciais, Educação, Trabalho, Reprodução, Diversidade Sexual, Comunicação e Cultura. Salvador: Universidade do Estado da Bahia. pp. 01-13, 2011.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção do corpo feminino na história. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014. 114 p.

DINIZ, Simone Grilo *et. al.* Violência obstétrica como questão para a saúde pública no Brasil: origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna, e propostas para sua prevenção. **Journal of Human Growth and Development**. v. 25, n.3, São Paulo, p. 1-8, 2015.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Pesquisa de opinião: **“Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado”**. 2010. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>>. Acesso em: 09 de janeiro de 2017.

GILL, Lorena Almeida & SILVA, Eduarda Borges da. Perspectivas para a História Oral. In: ROBERTT, Pedro; RECH, Carla; LISBERO, Pedro & FACHINETO, Rochele (Orgs.). **Metodologia em Ciências Sociais Hoje: Práticas, Abordagens e Experiências de Investigação**. Santa Catarina: Paco Editorial, p. 107-126, 2016.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia de Letras, 1987.

JAQUES, Biane Peverada. **“Eis, ai, como tomei contato com o diário”**: ascensão social-profissional do imigrante português Maximiano Pombo Cirne a partir do Diário Popular. Pelotas 1922/1949. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017, 119p.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. **O Eremita do Novo Mundo: a trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX (1838-1869)**. Tese de doutorado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, 480p.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. A micro-história e o método de microanálise na construção de trajetórias. In.: VENDRAME. Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre de Oliveira; WEBER, Beatriz & FARINATTI, Luis Augusto. (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, pp. 32-52, 2015.

LIMA, Shirley Acioly Monteiro de. **Intersexo e Identidade: História de um corpo reconstruído**. Dissertação de Mestrado, PUCSP, 2007, 103p.

MEIHY, José & HOLANDA, Fabíola. **História Oral: Como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2011.

SANTOS, Moara de Medeiros Rocha & ARAUJO, Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de. Intersexo: o desafio da construção da identidade de gênero. **Revista da SBPH**. V. 1, nº 1, pp.17-28, jun., 2004.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. p. 1-35, 1989. Disponível em: <https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 17 de dezembro de 2016.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Em busca da terra da promessa**: a história de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

_____. Nunca houve uma mulher como Gilda? Memória e gênero na construção de uma mulher “excepcional”. In: GOMES, Angela de Castro & SCHMIDT, Benito Bisso. **Memórias e Narrativas (auto) biográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

TORNQUIST, Carmen Suzana. Armadilhas da nova era: Natureza e armadilhas da nova era: Natureza e maternidade no ideário da humanização do parto. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 2, p. 483-492, 2002.